



Amazônia, televisão e discurso

Geovani Berno

Klondy L. de O. Agra

Resumo: Este artigo procede de análise e observação da história da televisão na Amazônia brasileira, a acuidade dessa mídia para a miscigenação cultural, a construção de novos sentidos e a interferência na cultura local.

Palavras-chave: Mídia - Comunicação - Cultura

Abstract: This article procedes of analysis and observation of the media in the Brazilian Amazon, the importance of these media for cultural mix, construction of new senses and interference in the local culture.

Key words: Media - Communication - Culture

Resumen: Este artículo procede del análisis de la observación de la historia de la televisión en la Amazonía brasileña, la propiedad de ese medio para la miscigenación cultural, la construcción de nuevos sentidos y la intervención en la cultura local.

Palabras clave: Media - Comunicación - Cultura

Geovani Berno é bacharel em Comunicação Social pela Universidade de Santa Maria UFSM, com pós-graduação *Lato Sensu* em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR - Coordenador de Comunicação Social da UNIRON (geovani.berno@uol.com.br).

Klondy L. de O. Agra é mestra em Linguística pela UNIR, pós-graduada *Lato Sensu* em Língua Portuguesa, com graduação em Pedagogia, na área de Administração Escolar pela UFPA, Letras - Português pela UFPA, Letras - Inglês e suas Literaturas pela UNIR - Professora da UNIRON (klondy2@gmail.com).

Introdução

Somente na comunicação tem sentido a vida humana.

Paulo Freire

A rica e miscigenada cultura da Amazônia brasileira vem recebendo informações através de canais de televisão do Brasil e do mundo que influenciam o modo de vida das pessoas e trazem à região uma gama de novas informações e conhecimentos que transformam, não só o cenário amazônico, como os sentidos de seus habitantes e seus pontos de vista.

Com base na assertiva acima, *A televisão na Amazônia e sua contribuição ao desenvolvimento regional* visa uma imersão nesse espaço com vistas a verificar como vem se dando essa mistura de culturas através da televisão, sua influência e sua contribuição no desenvolvimento dessa região brasileira.

A televisão, ao exibir multiplicidades e variedades de programas, coloca questões variadas em jogo e permite a construção de novos sentidos. Esses sentidos que se sobrepõem aos sentidos culturalmente construídos, podem modificar toda uma cultura. A preocupação ao fazer este estudo sobre a televisão da Amazônia brasileira, seus efeitos na cultura do telespectador amazônida e a contribuição desse veículo no desenvolvimento da região, consiste no fato de que a cultura dessa região deve ser preservada. Como a televisão anteriormente tinha, entre outros objetivos, o de amenizar as diferenças, procurando criar, ainda que ilusoriamente, uma única identidade, estável e homogênea e hoje, tem como objetivo manter a diversidade cultural, importa-nos neste estudo verificar como vem ocorrendo tal processo nessa região.

Com a certeza de que o desenvolvimento amazônico é importante para o cenário nacional e que este desenvolvimento real e sustentável é valioso à manutenção da Amazônia brasileira, julga-se fundamental para estudantes e pesquisadores conhecerem de que forma a televisão vem agindo na região e quais as modificações que vem trazendo à cultura local.

A televisão rumo à Amazônia

O aparelho televisivo e o sistema de transmissão de imagens foram frutos de pesquisas produzidas nos esforços da I Guerra Mundial. Assim, para falarmos de televisão é necessário retrocedermos especificamente ao fim da década de 30, período de diversos avanços tecnológicos em alguns meios de comunicação como o telégrafo, o telefone e o rádio.

De acordo com Furquim (1999, p. 118-119), as primeiras licenças para a operação de canais comerciais nos Estados Unidos foram dadas em meados de 1940 a duas grandes corporações que possuíam estações de rádio muito lucrativas e necessitavam do novo veículo pa-

ra absorver o mercado publicitário: a NBC (*National Broadcasting Company*), a primeira estação de televisão criada pela RCA (*Radio Corporation of America*) e concedida pela FCC (*Federal Communications Commission* - órgão do governo americano responsável pelos critérios na difusão do rádio e da televisão) e a CBS (*Columbia Broadcasting System*). A ABC (*American Broadcasting Company*), outra grande emissora de televisão nos Estados Unidos, foi criada no final dos anos 40, quando a lei antitruste de 1948, parte do *New Deal* do presidente Franklin D. Roosevelt, determinou que os estúdios de cinema deveriam se separar das salas de cinema, acabando com o monopólio dos estúdios em Hollywood.

Após diversos aperfeiçoamentos técnicos nos sistemas utilizados para a recepção e a transmissão de imagens como os sistemas VHF (*very high frequency*) e UHF (*ultra-high frequency*), entre outras descobertas proporcionadas pelas necessidades da II Guerra Mundial, a televisão passou a ser cada vez mais procurada como meio de entretenimento, principalmente nos subúrbios que, surgidos com a volta dos soldados para casa, ficavam longe dos centros urbanos onde se encontravam as salas de cinema.

A televisão, conhecida como veículo de cultura de massa, foi considerado artigo de luxo até poucas décadas atrás. Como tal, sua programação era, em sua maioria, culturais e, devido ao público ao qual se destinavam, familiares.

A RCA foi o resultado de um consórcio entre a *Marconi Wireless Telegraph Company* (responsável pelas comunicações de rádio a longa distância) e a General Electric (produtora de aparelhos de rádio) e tornou-se, assim, a principal empresa a investir na televisão como veículo de comunicação³.

Com cerca de setenta anos de existência e atingindo milhões de pessoas todos os dias nas mais diversas partes do mundo, a televisão conquistou seu espaço na sociedade, transformando-a e transformando-se, promovendo a evolução e a modificação cultural.

No Brasil, a televisão chegou por obra de Assis Chateaubriand no ano de 1950, em São Paulo, ao inaugurar a TV Tupi. Segundo o jornalista e autor Fernando Moraes (1994, p.500), para poder inaugurar a emissora, foi necessário importar diversos aparelhos de televisão, pois: “Chateaubriand preocupou-se tanto em montar toda a estrutura necessária que se esqueceu que para haver transmissão, teria de ter aparelhos receptores. Desta forma, duzentos aparelhos foram contrabandeados para o Brasil em cima da hora”.

Na Amazônia, a televisão chegou, oficialmente, com o interesse governamental sobre a região. No final da década de 60, o governo do Brasil voltou seu olhar para a Amazônia criando superintendências, bancos e universidades, tentando, de acordo com Samuel Benchimol

³ Cf. Furquim, 1999: 116.

(1999), corrigir e modificar os rumos políticos dos anos 50. Preocupou-se, também, em interligar a Amazônia com o restante do país. Desse modo, foram criados os eixos rodoviários Belém - Brasília (BR-010), a estrada Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Cuiabá - Porto Velho - Rio Branco (BR-364), interligando a Região Amazônica, por via terrestre, ao litoral, ao planalto central e ao Centro-Oeste. Foram construídas, também, a BR-319, ligando Porto Velho a Manaus, e a BR-174 unindo Manaus a Caracará e Boa Vista, alcançando as fronteiras da Venezuela e da Guiana. No entanto, a criação de rodovias, bancos, superintendências e instituições acadêmicas tinha como meta, além disso, fazer com que a Amazônia fosse vista como um grande pólo de investimentos empresariais e desse modo atraísse o interesse de empresários à região.

Nesse mesmo período, no restante do país, a televisão estabelecia-se. Estavam sendo instaladas estações repetidoras e canais de microondas, surgindo as redes de televisão com a programação centralizada no Rio e em São Paulo. A *Tupi* e a *Globo* passaram a exibir programações nacionais. No *Panorama Evolutivo de Mídia* (1970 - 1979, p.12), afirma-se que “o impulso final viria com a implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações que previa a instalação de pelo menos um canal em toda capital ou grande cidade, visando a integração de todo País”. Chegaram, assim, à conclusão que a melhor maneira de integrar o país seria com a telecomunicação.

A televisão foi vista como o melhor meio de comunicação para representar esta espécie de integração, de acordo com Caparelli (1982, p.34) porque refletia a acumulação e concentração de capital, era formada por um oligopólio da indústria da informação, estava situada num país dependente e tendia a reproduzir internamente as disparidades em nível internacional. De um lado, a importação dos padrões norte-americanos de programação reforçava as tendências e legitimava a própria dependência; do outro, a televisão servia aos interesses dos grupos dominantes e, sob rígida censura, legitimava a política econômico-financeira do Governo e reforçava os valores da coalizção dominante do poder pós-64.

Com o objetivo da integração, no início dos anos 70, o governo militar começou a colocar em prática seu plano de ação. Época que a *Rede Globo* expandia-se no território nacional e os presidentes Médici e Geisel traçavam suas políticas integracionistas e voltavam o olhar para o Norte. Apesar de Kehl (1980) afirmar que essa integração foi a imposição do certo e errado sob a ótica do governo e o rompimento das tradições regionalistas, este período foi o marco do desenvolvimento da Amazônia.

Destarte, na década de 70, foram feitos os investimentos nas telecomunicações através da Telebrás e instituídos pólos de desenvolvi-

mento regionais na Amazônica como Carajás, Araguaia-Tocantins, Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, Marajó etc. Com a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, segundo Benchimol (1999, p. 432 - 436), o novo pólo industrial atraiu, com os incentivos fiscais cerca de quinhentas empresas de grande e médio porte, que faturaram no ano de 1996, segundo esse autor, US\$ 13,2 bilhões.

Roberto Amaral e César Guimarães (1994) observam que, na década de 70, a política de telecomunicação tinha como um de seus objetivos oferecer ao país uma programação única televisiva, daí a facilidade para a expansão de muitas redes de televisão. Hoje, os estudiosos alertam que a proposta de programação única em nível nacional é inaceitável, pois com as mudanças ocorridas na mídia, a programação local deve incorporar a regional:

"El objetivo es claro: garantizar la manifestación (y preservación) de las diversidades regionales, fortalecer mercados locales, crear oportunidades de trabajo y posibilitar a las élites de los estados su manifiesten, pues éste es el modo más civilizado de integrar un país de 150 millones de habitantes" (Amaral e Guimarães, 1994:79).

⁵ Hoje, fazem parte dessa Rede, a TV Amazonas, TV Acre, TV Rondônia, TV Roraima, TV Amapá e um canal de sinal fechado denominado *Amazon Sat* (além do site Portal Amazônia.com). A Rede Amazônica possui a concessão em cinco dos sete estados Amazônicos da Região Norte. Apesar desta forte hegemonia, em termos populacionais estes cinco estados representam pouco em termos populacionais. Segundo fontes da Superintendência Comercial da Rede Globo (SUCOM), a soma populacional dos cinco estados que compõe a Rede Amazônica totalizam 5.788.433 habitantes, enquanto que Pará e Tocantins somam 7.565.286. Mesmo assim, não se pode negar a forte influência e domínio da informação e dos investimentos publicitários que a Rede Amazônica detém.

O objetivo é claro: garantir a manifestação (e a preservação) da diversidade cultural, fortalecer o mercado local, criar oportunidades de trabalho e possibilitar as elites dos estados a manifestação, pois este é o modo mais civilizado de integrar um país de 150 milhões de habitantes. (AMARAL e GUIMARÃES, 1994, p.79)[tradução nossa]⁴

Quanto ao aparecimento da televisão na Amazônia, Hauache Neto (1999) diz que mesmo antes de 1970, ao se dar a investida do governo federal sobre a Amazônia brasileira, já havia a articulação da mesma. De acordo com Hauache, enquanto as emissoras se organizavam no Sudeste do país, já teria havido a criação da primeira emissora de televisão da Amazônia, a *TV Manauara*, surgida em 1965, como *bobby* da Família Hauache, sendo, segundo esse autor, uma das primeiras TVs a cabo do Brasil.

Hauache Neto (1999) explica que foram instalados cabos nos postes de eletricidade nas principais ruas e avenidas do centro da cidade, e que a experiência não teve continuidade devido a vários problemas técnicos. Mesmo com tais problemas, Hauache afirma: "foi ao ar a primeira imagem de televisão em Manaus via cabo físico, instalado, acompanhando a rede de eletricidade. Isso foi em 1965".

Antes desse evento, ainda segundo Hauache Neto, em Manaus, era possível pegar algumas transmissões dos canais de países limítrofes da Região Norte. Diz ele: "As pessoas pegavam de vez em quando uma quantidade de imagem muito ruim. Se pegava muito chiado, muito chuveiro como o canal 2 de Caracas, da Venezuela".

Na década de 70 a Rede Amazônica instalou-se na região⁵. Pode-se constatar em documentos levantados da época e descritos no livro de Abrahim Baze (2002, p.145), em especial, nos discursos proferidos pelo fundador da Rádio e TV do Amazonas, Sr. Phelippe Daou, a grande conotação política a serviço do regime militar. Como podemos vislumbrar em trechos de seu discurso quando da assinatura do contrato

da TV Rondônia, em 8 de junho de 1973:

Na medida em que o Governo Federal intensifica a sua ação na Amazônia, maior a nossa vontade de participar desse esforço de preservação e desenvolvimento da área para o Brasil. Participar e não apenas contemplá-lo, porque a hora exige trabalho de todos, para o êxito da gigantesca tarefa em que se empenha o Governo na construção do outro Brasil.(DAOU apud BAZE, 2002, p.146)

Na sequência do discurso, Daou relata a importância das comunicações como posse do território, evitando-se também a sintonização de emissoras alheias ao regime militar e a expansão de seu próprio capital:

As estradas, como a Transamazônica, a Manaus-Porto Velho, a Cuiabá-Santarém, a Brasília-Lima, a Manaus-Fronteira da Venezuela e Fronteira da República da Guiana, a Perimetral Norte, as Telecomunicações que romperam a cortina de silêncio em que se encontrava mergulhada a Amazônia, a construção do aeroporto para aviões supersônicos na capital amazonense, a Zona Franca de Manaus, os planos habitacionais, de colonização e assistência social, inclusive ao homem do campo [...] Pensando assim é que, instalada a TV Amazonas em Manaus, participamos das concorrências para os Canais de Televisão de Porto Velho, Rondônia e Rio Branco, Acre, e estaremos presentes na de Boa Vista, Roraima, quando for aberta, porque entendemos que há necessidade da montagem da Rede de Televisão da Amazônia Ocidental não apenas para que os brasileiros dos pontos mais distantes tenham, nesse veículo, o poderoso instrumento de informação e modificação para o trabalho e desenvolvimento do outro Brasil, como, e, principalmente, para poder chegar às fronteiras da Venezuela, da República da Guiana, da Bolívia e do Peru, a nossa mensagem de amizade sincera, de trabalho pela grandeza do nosso país[...].(DAOU apud BAZE, 2002,p.146)

Daou finaliza falando claramente dos seus interesses:

O Nosso interesse na formação dessa cadeia restringe-se à Amazônia Ocidental, onde vivemos, e se sintoniza com o programa que o Governo Federal põe em marcha para a instalação de potentes emissoras de rádio na Amazônia, para estancar ou impedir a infiltração de estações estrangeiras que professam ideologias que não se coadunam com os nossos sentimentos e o nosso modo de vida. (DAOU apud BAZE, 2002, p.146)

O Professor e jornalista Jacques Wainberg (2001, p.236), dedica um capítulo de seu livro *Casa grande e Senzala com Antena Parabólica* a falar sobre o processo comunicacional na região amazônica. Ele explica que as “redes comunicacionais são pré-requisitos à fixação do ser humano no espaço, à superação do isolamento e da solidão e ao desenvolvimento da vida comunal”.

Em outro momento, Wainberg deixa claro que há poucos estudos sobre a comunicação na região amazônica, chegando a expressar:

Os estudos amazônicos têm refletido pouco sobre o contemporâneo papel que as telecomunicações e tecnologias correlatas desempenham neste processo de colonização. Os diagnósticos sobre o controle político territorial marginalmente preocupam-se com o tema. O caso é relevante não só por caracterizar demanda estratégica específica, mas também porque lança luz sobre fenômenos mais amplos e que servem de base ao entendimento do impacto que a construção de redes de comunicação – estruturas tecnológicas – tem no povoamento de áreas geográficas em geral. (WAINBERG, 2001, p.233)

Desse modo, verifica-se a importância e relevância de estudos sobre a televisão e sua influência à cultura Amazônica, que deste o século XI vem sendo colonizada por pessoas de regiões e países diferentes e que recebe, desde a década de 70, uma quantidade de informações através da televisão que interferem nos seus costumes e modos de vida. Programas de televisão que apresentam, além da linguagem verbal (contexto), também a linguagem não-verbal (cenário): as imagens que acompanham os diálogos e as narrações. Assim, como em qualquer outra comunidade, ao chegar à Amazônia, a televisão contribui na construção de sentidos e na transformação de toda sua cultura.

O sentido culturalmente construído

Para falarmos da televisão e sua influência na cultura amazônica, torna-se necessária a compreensão da construção de sentido. Assim, inicialmente, é necessário uma imersão no que entendemos por língua e cultura e a relação entre uma e outra.

Língua e Cultura são conceitos que convivem lado a lado, mas tanto um quanto outro, conduzem a uma visão unilateral do todo, como afirma Witherspoon (1980, p.2) com clareza: “Se observarmos a cultura do ponto de vista lingüístico, obtemos uma perspectiva unilateral da cultura; se observarmos a língua do ponto de vista cultural, obtemos uma visão unilateral da língua”.⁶[tradução nossa]

Susan Bassnett (1991, p.14) reafirma este ponto de vista e esclarece: A língua, então, é o coração dentro do corpo da cultura, e é da interação entre as duas que resulta a continuação da energia-vital.⁷ [tradução nossa]

Sobre a língua Bakhtin (1999) afirma: “a língua é algo social e histórico, determinado por condições específicas de uma sociedade e de uma cultura”. E complementa: “a língua é o reflexo das relações estáveis dos falantes dentro dessa cultura que constitui o cenário.” A língua, segundo Bakhtin, só é compreendida se inserida num contexto e numa situação concreta:

⁶ “If we look at culture from a linguistic point of view, we get a one-sided view of culture. If we look at language from a cultural point of view, we get a one-sided view of language.” (In: Witherspoon, 1980:2)

⁷ “Language, then, is the heart within the body of culture, and it is the interaction between the two results in the continuation of life-energy.” (In: Bassnett 1991:14)

Enquanto uma forma lingüística for apenas um sinal e for percebida pelo receptor somente como tal, ela não terá para ele nenhum valor lingüístico. A pura "sinalidade" não existe, mesmo nas primeiras fases da aquisição da linguagem. Até mesmo ali, a forma é orientada pelo contexto, já constitui um signo, embora o componente "sinalidade" e de identificação que lhe é correlata seja real. Assim, o elemento que torna a forma lingüística um signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo que constitui a descodificação da forma lingüística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra no seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo.⁸ (BAKHTIN, 1999, p. 94)

Para Bakhtin, a língua é uma evolução ininterrupta, uma criação contínua. E toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Ele demonstra seu ponto de vista com as seguintes palavras:

Assim, na prática da língua viva, a consciência lingüística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular. Para o falante nativo, a palavra não se apresenta como um item do dicionário, mas como parte das mais diversas enunciações dos locutores A, B ou C de sua comunidade e das múltiplas enunciações de sua própria prática lingüística. Para que se passe a perceber a palavra como uma forma fixa pertencente ao sistema lexical de uma língua dada - como uma palavra de dicionário -, é preciso que se adote uma orientação particular e específica. É por isso que os membros de uma comunidade lingüística, normalmente, não percebem nunca o caráter coercitivo das normas lingüísticas. A significação normativa da forma lingüística só se deixa perceber nos momentos de conflito, momentos raríssimos e não característicos do uso da língua (para o homem contemporâneo, eles estão quase exclusivamente associados à expressão escrita). (BAKHTIN, 1999, p. 95)

Destarte, para Bakhtin, todo ato de compreensão é uma resposta, na medida em que esse ato introduz o objeto da compreensão num novo contexto, o contexto potencial da resposta.

Ainda, para entender um pouco mais sobre a construção do sentido, o contexto cultural e a influência da televisão na construção desses sentidos culturalmente construídos, recorre-se a Frege (1978) e retoma-se a sua concepção de unidade de sentido, com base no clássico ensaio *Sobre o Sentido e a Referência*.⁹ Frege argumenta:

A referência e o sentido de um sinal devem ser distin-

⁸ O imobilismo da língua como vem sendo estudada através da Lingüística e os fundamentos de Saussure.

⁹ Frege, apoiado nas idéias próprias da Lógica Formal, construiu uma estrutura mais complexa do que a fórmula SL= Ste/Sdo de Saussure. Ao que Saussure chamou de significante Frege acrescenta diversos elementos que se podem constituir como significativos no processo de representação e chama de *Sinal*. Cf. Ferrarezi Jr: 2003c.

guidos da representação associada a esse sinal. Se a referência de um sinal é o objeto sensorialmente perceptível, minha representação é uma imagem interna, imersa das lembranças de impressões sensíveis, passadas e das atividades internas e externas que realizei. (FREGE, 1978, p.64)

Para Frege, então, o sinal é o elemento que remete à significação. O sinal para Frege é mais do que a palavra, mas é inclusive a palavra. A referência é a substância – quando ela existe. O sentido é a idéia compartilhada como referente, isto é, uma concepção geral que permite o entendimento dos significados das frases entre os falantes. A representação é a concepção pessoal acerca do referente.

Para que o sinal possa atuar como elemento representativo deve estar associado a um sentido. O sentido, construído culturalmente, é compartilhado pelos falantes de uma língua. Definido como uma idéia geral que os falantes de uma língua associam a um sinal qualquer a respeito de um objeto do mundo real ou de mundos possíveis, o sentido é o responsável pela possibilidade de comunicação entre usuários de uma língua. Assim, quando um locutor fala uma palavra qualquer ou utiliza-se de um gesto culturalmente definido, espera que seu interlocutor entenda o que se está falando.

Atenta-se, então, para o fato de que os falantes associam idéias muito próprias e peculiares a um dado sinal. Idéias que resultam de suas experiências pessoais e que são o fruto de sua existência pessoal. Então, para que palavras signifiquem uma idéia é necessário que haja correlato empírico objetivo na vivência dos interlocutores, levando em conta que pessoas de um mesmo grupo podem significar palavras diferentemente, pois ao ouvir ou ler uma palavra, o interlocutor puxa de seu inventário de vivências e do seu dicionário interno tudo que está ligado a essa palavra, ou à sensação mais forte que teve com referência a essa palavra. É o que Frege (1978) chama de representação: as idéias pessoais associadas aos sinais.

Com essa visão sobre o sentido culturalmente construído, partimos para a observação do discurso e dos elementos que o envolvem para então discutir a influência da televisão e sua importância para o desenvolvimento da região amazônica brasileira.

A televisão, o discurso e a construção do sentido

O discurso, tal como o compreendemos, define-se como um processo de articulação entre o domínio lingüístico e o campo social (apreendido pela história). Segundo a Análise de Discurso de linha francesa (AD), o discurso é o espaço onde a ideologia se manifesta e se materializa, produzindo sentidos para e entre seus sujeitos. Baseando-se na confluência de três grandes áreas do conhecimento científico (a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise), a AD fundamenta-se como o

¹⁰ Essa é uma das inúmeras definições de discurso, presentes na obra *A Arqueologia do saber*, Foucault, 1986.

estudo da linguagem enquanto “lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade” (BRANDÃO, 1991/1997, p. 12).

Em busca de entendimentos sobre o discurso, chega-se a Foucault (1986, p.135) e ao que ele chama “discurso”¹⁰: “um conjunto de enunciados que se apóiem na mesma formação discursiva” e observa-se, também (FOUCAULT, 1986, p.114), que o papel do locutor enquanto sujeito do discurso não necessita ser concebido como idêntico ao au-tor da formulação. Ainda, segundo Foucault (1986, p.119-20), “Des-crever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode ou deve ocupar todo indivíduo para ser o seu sujeito”. Vê-se que na fala o sujeito apro-pria-se - ou não - de um objeto histórico e simbólico - o discurso do outro - para exercer as funções de sujeito, de autor em meio à textua-lidade já existente, que organiza, administra e constrói as suas insti-tuições através de processos discursivos próprios.

Ainda em Foucault (1986), o discurso é concebido como uma dispersão em, pelo menos, dois aspectos: no sentido de um conjunto de enunciados que, apesar de não ligados por princípios de unidade, possuem certas regularidades e na rejeição de uma concepção unificante do sujeito, uma vez que este se apresenta como “uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos” (Brandão, 1991/1997, p. 30). Em outras palavras, o sentido não pode ser considerado como próprio a um determinado enunciado, independente do contexto e das condições sócio-históricas em que foi produzido ou do sujeito que o proferiu. Segundo Orlandi (1999/2000, p. 42-43), “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”.

De acordo Althusser (1985), a ideologia expressa “sempre, qualquer que seja sua forma (religiosa, moral, jurídica, política), posições de classe” (1985/1998, p. 82) e, desta forma, busca, por meio de aparelhos repressivos e ideológicos reguladores das práticas dos indivíduos que formam uma sociedade, a perpetuação ou a reprodução das relações de produção/exploração.

Para tanto, a ideologia interpela indivíduos como sujeitos, isto é, a fim de assegurar seu funcionamento, ela promove o assujeitamento do sujeito enquanto sujeito ideológico que, com a impressão de estar exercendo sua própria vontade, acaba sendo conduzido por ela. A ideologia caracteriza-se, enfim, por sua dissimulação no interior de seu próprio funcionamento, colaborando na constituição do sujeito e na produção dos sentidos.

Considerando as idéias althusserianas e os conceitos de Foucault acerca do discurso e da formação discursiva, Pêcheux (1975)

¹¹ Cf. Authier-Revuz (1982): Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva.

elabora suas próprias noções de formação discursiva (FD) e formação ideológica (FI). Formada a partir de condições de produção (CP) específicas, uma FD, conforme dito anteriormente, determina tudo “o que pode e deve ser dito” pelos falantes de uma língua em uma dada formação ideológica que, por sua vez, define-se como um elemento [...] suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (PÊCHEUX e FUCHS, 1975/2001, p. 166).

A ausência de delimitações precisas entre as fronteiras que separam uma FD de outra(s) faz com que elas apresentem, muitas vezes, conflitos dentro delas mesmas e entre si. Esta inscrição entre diversas FDs acontece exatamente pelas formações ideológicas que as circundam e as abrangem. Em outras palavras, são as FIs que, constituídas pela interligação de diferentes FDs, possibilitam que um determinado sentido seja apreendido e não outro. Além disso, para que a reprodução das relações de produção seja efetiva, as FIs fazem uso de mecanismos de interpelação ou de assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico. Um sujeito cria sentidos a respeito de uma determinada palavra ou idéia a partir das FDs que o constituem e das posições ideológicas que ele assume no processo sócio-histórico em que esta palavra ou idéia foi produzida.

Na articulação destas teorias percebe-se, ainda em Pêcheux (1983), que o discurso, governado por FIs diversas, é entendido como uma estrutura na qual surgem os acontecimentos, ou seja, baseando-se na opacidade da linguagem, ele é construído dentro de uma conjuntura sócio-histórica, evocando memórias e sentidos já produzidos em outros lugares, por outros sujeitos e em outros momentos.

Atravessado pela dispersão do sujeito, o discurso se define, devido às contradições de classe nele presentes, como heterogêneo, apesar de buscar, sempre, certa homogeneidade discursiva, transparência e imutabilidade em sentidos sobre os quais atuam diversos mecanismos ideológicos para que efeitos de naturalidade sejam obtidos. Sem se dar conta da possibilidade de passagem de uma FD a outra, da heterogeneidade que se inscreve no seu discurso, o sujeito tem a ilusão de ser o “dono” do seu discurso, capaz de marcar exatamente o que é seu e o que é do outro.¹¹ Ele não percebe que este Outro está, invariavelmente, sempre presente em seu discurso, constituindo-o. Assim, ele “pensa controlar a própria ideologia, quando, na realidade, ele contribui significativamente para a perpetuação da luta de classes que serve aos propó-

sitos da ideologia” (DUGAICH, 1993, p. 20).

Esta noção de heterogeneidade como constitutiva de todo discurso também encontra respaldo em Bakhtin ao compreender a língua (considerada um fenômeno histórico e social) como (e consequentemente) um fenômeno ideológico e ao tomar a enunciação como unidade básica de análise, ele afirma, como já vimos anteriormente, que o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto e que de fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis (BAKHTIN, 1999: 106).

A partir deste princípio, pode-se concluir que tudo o que é dito pode ter um sentido diferente dependendo do contexto social no qual isto é feito. Cada contexto constrói seu sentido (subjeto) para cada palavra ou grupo de palavras pronunciada(s). A palavra possui, desta forma, um caráter plurivalente.

Segue-se que, assim como a língua, o sujeito também é construído histórica, social e ideologicamente: o sujeito se constitui ouvindo e assimilando as palavras e os discursos do outro (sua mãe, seu pai, seus colegas, seus professores, sua comunidade etc.), fazendo com que estas palavras e discursos sejam processados de forma que se tornem, em parte, as palavras do sujeito e, em parte, as palavras do outro (MENEZES DE SOUZA, 1995: 22).

Este é o princípio do *dialogismo* (condição constitutiva do sentido), em que tudo o que é dito pressupõe um Outro: toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as (BAKHTIN, 1999: 98).

Desta forma, o sujeito nunca detém a origem do seu dizer e só pode ser concebido, só se percebe nas relações que o ligam ao Outro: o Outro é considerado constitutivo de seu discurso. Uma vez imbricado em seu meio social e permeado e constituído pelos discursos que o circundam, o sujeito está sempre em conflito, nunca em harmonia. É, portanto, um sujeito híbrido, uma arena de conflito e confrontação dos vários discursos que o constituem, sendo que cada um desses discursos, ao confrontar-se com os outros, visa a exercer uma hegemonia sobre eles (MENEZES DE SOUZA, 1995: 22).

O princípio do dialogismo e a heterogeneidade discursiva, produzida pela dispersão do sujeito e pelo deslocamento das FDs “conforme os embates da luta ideológica” (BRANDÃO, 1991/1997: 72), remetem-nos ao conceito de interdiscurso que, postulado por Pêcheux (1975; 1988), colabora na definição das FDs. Segundo este autor, um discurso é o resultado da relação/diálogo que mantém com outros

discursos, não existindo o chamado “discurso puro”. Dessa forma, é no interdiscurso que os sentidos são constituídos. Nele, existe o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (ORLANDI, 1999/2000: 31).

Nessa perspectiva, o interdiscurso pode ser definido como um espaço que, composto por diversas FDs e, conseqüentemente, FIs, disponibiliza que inúmeras formulações já feitas (e esquecidas) sejam repetidas e que, dadas as novas CPs, novos sentidos sejam produzidos neste processo. Orlandi (1999/2000: 43) ainda afirma que, na realidade, as FDs podem ser vistas como regionalizações, como *“configurações específicas dos discursos em suas relações”*. O interdiscurso incorpora elementos externos a uma dada FD e os insere em uma linha de continuidade interna, também chamada de ordem do discurso por Foucault (1971).

Em seu primado sobre o discurso, o interdiscurso procura ouvir o “não-dito” naquilo que é dito. Pêcheux (1975) contribui para esta discussão afirmando que o interdiscurso é afetado pelo esquecimento, melhor dizendo, por dois tipos de esquecimentos. O primeiro é o da instância ideológica, o qual cria, no sujeito, uma ilusão constitutiva, aquela de que ele é a origem do seu dizer: que o que ele diz é novo, nunca fora dito antes. De natureza inconsciente, este tipo de esquecimento configura o próprio processo de interpelação do sujeito. O esquecimento número dois é o da ordem da enunciação, o qual estabelece que não existe uma forma única para o dizer, que sempre pode ser dito de outra maneira, sempre pode ser outro. Assim, por saber que o que diz pode ser interpretado e compreendido de diversas maneiras (pela própria inclusão do Outro em seu discurso), enfim, por não se constituir como a fonte do sentido, o sujeito conscientemente reformula seu dizer, na tentativa de expressar suas idéias mais adequadamente, da forma mais precisa possível. Estes esquecimentos são, contudo, necessários para que os sujeitos funcionem e os sentidos sejam produzidos. Podemos, então, dizer que sujeitos e sentidos significam na medida em que retomam palavras e expressões já-ditas e, ao conferir-lhes novas interpretações, proporcionam também um eterno movimento ao processo de significação.

Após leituras sobre a semântica (ILARI e GERALDI, 1992; FERRAREZI, 2003; KEMPSON, 1980; FILMORE, 1977 e outros) e a concordância com os itens discutidos anteriormente de que o sentido é construído culturalmente, volta-se a Benveniste (1996) que afirma: “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por índices específicos”, dá relevo ao papel do sujeito falante no processo da enunciação e procura mostrar como acontece a inscrição desse sujeito nos enunciados que ele emite. Ao falar em posi-

¹² [...] cada enunciación, por las palabras mismas que utiliza, evoca puntos de vista que pertenecen a la cultura de una comunidad lingüística y respecto a los cuales el hablante tiene la facultad de pronunciarse. Asimismo, hemos visto indirectamente el papel de las representaciones colectivas en la construcción de una realidad que constituye el objeto del discurso." (In Letras de Hoje, 129, 2002:69)

¹³ "De esta manera, se ve al hablante como un manipulador, quien, utilizando su lengua como herramienta, empuja (o intenta empujar) al oyente a construir un sentido subjetivo, que el hablante mismo sólo puede vislumbrar más o menos, en función de su conocimiento de la subjetividad del oyente." (In Letras de Hoje, 129, 2002:70)

¹⁴ Ferrarezi Jr., Celso (2003a). "A especialização dos sentidos: palavra, contexto e cenário". "(mimeo)". Texto fornecido no curso de Mestrado em Linguística.

ção do locutor, Benveniste levanta a questão da relação que se estabelece entre o locutor, seu enunciado e o mundo.

Ao levar-se em conta a questão levantada por Benveniste a respeito da relação entre o locutor, seu enunciado e o mundo, leva-se em conta também o estudo feito por Raccah (2002) denominado *A Semântica dos Pontos de Vista*, no qual o autor propõe e defende uma aproximação das relações entre a pragmática, a semântica e a cognição, aproximação que, segundo ele, é a mais adequada para uma teoria científica das línguas e, em particular, aos fenômenos da construção dos sentidos.

Pierre-Yves Raccah faz digressões sobre o que se pode ver e como se pode ver as coisas, fazendo-nos reafirmar a teoria de que o sentido de um enunciado não é percebido, é construído, ou seja, a interpretação se dá com o conhecimento do contexto e do cenário, como já explicitamos anteriormente. Raccah exemplifica sua teoria e conclui:

[...] cada enunciado, por mais que utilize as mesmas palavras, evoca pontos de vista que pertencem à cultura de uma comunidade lingüística, ou melhor da comunidade lingüística a que pertence o falante. Assim, vê-se indiretamente o papel das representações coletivas na construção de uma realidade que constitui o objeto do discurso.

Assim, em vez de se pretender descrever o significado como núcleo lógico de um sentido subjetivo, convém considerar o significado como instrução (objetiva) para a construção do sentido (subjetivo).¹² (RACCAH, 2002, p. 69) [tradução nossa]

Situando um dos objetivos deste estudo, a construção de sentidos através da televisão na amazônia, com a teoria de Raccah, ainda observa-se o seguinte pensamento:

Desta maneira, vê-se o falante como um manipulador que, utilizando sua língua como ferramenta, empurra (ou tenta empurrar) o ouvinte a construir um sentido subjetivo, que o próprio falante só pode vislumbrar, mais ou menos, em função do seu conhecimento da subjetividade do ouvinte.¹³ (RACCAH, 2002, p. 69) [tradução nossa]

Observa-se, então, que o homem amazônico ao acompanhar programas pela televisão modifica seus valores culturais, gerando impressões destes valores em sua mente, o que lhe torna possível um construto cultural compartilhado que o leva a representações subjetivas, pessoais, sobre a cultura de outras regiões. À respeito desse construto, Ferrarezi Jr.¹⁴ comenta:

Os sentidos se constroem culturalmente, e tudo o que é construído culturalmente é, obrigatoriamente, vinculado a valores culturais. Por isso mesmo os sentidos expressam, além de suas ações referenciais, valores culturais e, por is-

so, geram uma *impressão* desses valores nas mentes dos falantes. É a partir dessas impressões de valores que construímos nossas representações. Mas, elas - as impressões de valores culturais - não são as representações, pois elas são, ainda, somente um construto cultural e compartilhado, e as representações são subjetivas, pessoais. (FERRAREZI JR. (2003)

Assim, reconhecemos então que, a televisão, um meio de comunicação que privilegia as imagens, tem, também, importante papel na construção do jogo discursivo. O telespectador cria sentidos a respeito de uma determinada palavra ou idéia a partir das FDs que o constituem e das posições ideológicas que ele assume no processo sócio-histórico em que esta palavra ou idéia foi produzida. Além disso, na televisão que, também, privilegia a cena em detrimento da simples narrativa ou do sumário,¹⁵ tudo é visto e mostrado a partir da sua perspectiva, de seu ângulo de visão. Dessa maneira, pode-se dizer que a história é construída, reconstruída e, até mesmo, desconstruída a partir de um recorte. Ela mostra, portanto, aos telespectadores a sua versão dos fatos nacionais e internacionais, construindo a sua história sobre a nação (BHA-BHA, 1990; HALL, 1998; BENJAMIM, 1985/1994). Em outras palavras, é o programa televisivo quem autoriza (e legitima) o que se convencionou chamar de “história oficial”, reforçando alguns acontecimentos e abafando outros que devem, por diversos motivos, ser esquecidos. Transformando experiências pessoais em públicas, uma vez que ela recorre ao acervo de sua disponíveis, ela atua como um sábio e, sem poder ser questionada, dá seus conselhos e contribui para a criação de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1983/1989), ou seja, a invenção de uma visão do mundo.

A televisão aproveita-se, ainda, de seu papel, pois realiza sua tarefa com grande maestria: ela relata experiências e, passando-a de pessoa a pessoa, aproxima-se de seu ouvinte, que se sente atraído por um sentimento de intimidade.

Considerações Finais

Pode-se dizer, portanto, que a televisão é responsável pela construção de sentido (s), ou seja, pela construção de novos sentidos que se sobrepõem aos sentidos construídos na cultura local, gerando novos significados e com eles novos pontos de vista. A esse fenômeno de novos sentidos que se sobrepõem a sentidos já existentes Bakhtin (1999, p.135) chama de re-visão e faz algumas considerações: “[...] a mudança de significação é sempre, no final das contas, uma reavaliação: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro.” Desse modo, compreende-se que a evolução do tema e das significações que a televisão fornece ao telespectador é a transformação da própria apreciação social. Sobre a transformação da apreciação

¹⁵ Cf. Friedman, 1967.

social e a mudança de sentido, Bakhtin (1999, p.136) comenta: “A evolução semântica na língua é sempre ligada à evolução do horizonte apreciativo de um dado grupo social [...]”

Compreende-se, desse modo, que o homem amazônida, com novos sentidos culturalmente construídos, passa a ler a sua própria vida sob novos pontos de vista. Sobre tais transformações, Bakhtin faz as seguintes considerações:

Uma nova significação se descobre na antiga e através da antiga, mas a fim de entrar em contradição com ela e de reconstruí-la.

O resultado é uma luta incessante dos acentos em cada área semântica da existência. Não há nada na composição do sentido que possa colocar-se acima da evolução, que seja independente do alargamento dialético do horizonte social. A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada pode permanecer estável neste processo. É por isso que a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema, e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma nova significação com uma instabilidade e uma identidade igualmente provisórias. (BAKHTIN, 1999, p.136)

Assim, a partir do momento em que o amazônida, por meio televisivo, lê e interpreta cenários com sentidos construídos em outra cultura e começa orientar-se em relação a ela, tomando para si novas significações, ele começa também a modificar sua própria cultura. Desse modo, a contribuição da televisão para a cultura local é inquestionável, pois, à medida que novos sentidos sobrepõem-se aos sentidos construídos na cultura amazônica, a comunidade adquire novos pontos de vista e com essa aquisição há toda uma interferência no seu modo de vida e em seus valores culturais. Cabe, então, as emissoras operantes na região, conscientes de sua interferência e importância no desenvolvimento dessa região, tomem para si a responsabilidade de fazer uma programação voltada à preservação dos valores regionais para que tais valores não se percam e assim a televisão faça um trabalho responsável de interculturalidade.

Bibliografia

- ANDERSON, B. (1983). *Nação e Consciência Nacional*. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. (1989). São Paulo: Ática.
- ALTHUSSER, L. (1985). *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. Trad. De Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro (1988). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- AGRA, Klondy Lúcia de O. (2004). *Tradução e Representação da Amazônia: uma análise da obra de Charles Wagley, Amazon Town e de sua tradução para o português brasileiro*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Linguística da Universidade Federal de RO - UNIR, sob orientação do professor doutor Miguel Nenevé.
- AMARAL, Roberto e GUIMARÃES, César. Qué television, qué democracia? Una reforma mínima de la TV brasileña. *Voces y Culturas: Revista de Comunicación*. Barcelona, Nº06, p. 63 – 85, I Semestre de 1994.
- BASSNETT, Susan and TRIVEDI, Harish eds (1999). *Post Colonial Translation: Theory and Practice*. London and New York: Routledge.
- _____. (1991). *Translations Studies*. London and New York: Routledge.
- BAKHTIN, Mikhail / VOLOCHINOV (1999). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- BAZE, Abrahim (org.) (2002). *História Rede Amazônica*. Manaus: Editora Valer / Instituto Cultural Fundação Rede Amazônica.
- BERNO, Geovani (2003). *Televisão, educação e sociedade: uma visão crítica*. [http://www.bocc.ubi.pt/ esp/ autor.php?codautor=775](http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=775).
- BRANDÃO, H. H. N. (1991). *Introdução à análise do discurso*. Campinas: UNICAMP, 1997.
- FERRAREZI Jr., Celso (2003a). A especialização dos sentidos: palavra, contexto e cenário. "(mimeo)".
- _____. (2003b). A constituição do sentido e sua relação com os sinais. (mimeo)
- _____. (2003c). Da Natureza do Significado e Suas Implicações. *Livres Pensares*. Porto Velho: Edufro.
- FREGE, Gottlob (1978). Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix. Pp.59-86.
- _____, Gottlob (1978). Digressões sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix. Pp. 105-116.
- FOUCAULT, Michel (1986) *A Arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense.
- FURQUIM, Fernanda (1999). *Sitcoms: definição & história*. Porto Alegre: FCF editora.
- GONDIN, Neide (1994). *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero.
- HAUACHE NETO, Abdul Rasac. *A TV no Amazonas*. Manaus, 06 mai.1999. Entrevista concedida a Eula Dantas Taveira.
- ILARI, Rodolfo e GERALDI, João Wanderley (1992). *Semântica*. Série Princípios. São Paulo: Ática.
- KEHL, Maria Rita. *Um só povo, uma só cabeça, uma só nação*. In: CARVALHO, Elisabeth e outros (1980). *Televisão: anos 70*. Rio de Janeiro: Europa Gráfica e Editora.
- MENEZES DE SOUZA, L. M. T. (1995). *O conflito de Vozes em Sala de Aula*. In: Coracini, M. J. (org.) *O Jogo Discursivo na Aula de Leitura: língua materna e língua estrangeira*. Campinas: Pontes.
- MORAIS, Fernando (1994). *Chatô: O Rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ORLANDI, E. P. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2000.
- PÊCHEUX, M. E FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.) (1983) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. De Bethania S. Mariani et al. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001.
- PÊCHEUX, M. (1983). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- _____. (1988). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. De Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997.
- RACCAH, Pierre Yves (2002). "La Semantica de los puntos de vista: Hacia una teoria científica y empírica de la construcción del sentido". In: Letras de hoje. Porto Alegre: PVC/RS. nº 129, pp. 45-72.
- WAINBERG, Jacques (2001). *Casa Grande e Senzala com Antena Parabólica: Telecomunicações e o Brasil*. Porto Alegre: Ed. da PUC.
- WITHERSPOON, Gary (1997). *Language and Art, In the Navajo University*. Ann Arbor, University Michigan Press.
- _____. (1980). "Language in culture and culture in language". In *International Journal of American Linguistics*, vol. 46, n. 1.
- http://comercial.redeglobo.com.br/atlas2004/mapas/php/con_regiao.php?preg=NO